

PARECER JURÍDICO

PREGÃO ELETRÔNICO: 38/2024

SOLICITANTE: J. C. KRZYZANOWSKI SERVICOS LTDA

REF. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL

I DO RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo emanado a partir do pedido de esclarecimento ao Edital formulado pela empresa **J. C. KRZYZANOWSKI SERVICOS LTDA**, CNPJ sob o nº 12.252.339/0001-64, nos autos do Pregão Eletrônico n. 38/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte escolar, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Em síntese, a licitante solicita os seguintes esclarecimentos:

- a) Qual será o ano (vida útil) dos 08 (oito) veículos a serem utilizados nos serviços de transporte escolar;
- b) Obrigatoriedade, ou não, do Laudo do corpo de bombeiros, visto que a licitante estaria desobrigada de possuir o referido documento, conforme observação constante no alvará anexo;
- c) Obrigatoriedade, ou não, da Licença sanitária atualizada, uma vez que a empresa não exerce atividade de interesse à saúde (comércio de alimentos ou bebidas, ou transporte de mercadorias perecíveis);



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

d) Obrigatoriedade, ou não, da Licença ambiental atualizada, pois, segundo a empresa, não exerce atividade de interesse Legislação Ambiental e, portanto, estaria desobrigada de apresentá-la;

Em sua parte concludente, requer o seguinte:

Desta forma, o Item 7.9, subitem "b", "c" e "d", deveria ser substituído pelo Alvará de Localização e Funcionamento, visto que é o documento que efetivamente autoriza a empresa a prestar os serviços, no ramo de Transporte Escolar Municipal(...)

É o breve relatório. Passa a opinar.

III DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, é válido registrar que o exame jurídico se restringe à parte jurídica e formal do instrumento, não abrangendo a sua parte técnica.

Pois bem. No que tange à dúvida relativa ao ano de vida útil dos veículos, tal informação consta no item 10.2 do Termo de Referência, anexo ao Edital. Neste caso, as licitantes deverão observar as especificações constantes na Instrução Normativa n.001, de 17/01/2022 (SIGET).

Quanto às exigências de licença ambiental, licença sanitária e laudo do corpo de bombeiros, razão assiste à empresa, uma vez que os demais requisitos constantes no



Jefferson Vilela

ADVOCACIA CONSULTIVA E CONTENCIOSA

edital já são suficientes para demonstrar a capacidade técnica dos licitantes.

Sendo assim, recomenda-se a exclusão das alíneas "b", "c" e "d" do item 7.9.

Para tanto, deverá ser realizada nova divulgação do edital da mesma forma de sua divulgação inicial, além da necessária reabertura do prazo para apresentação de propostas, haja vista que a situação influencia na formulação das propostas (art. 55, §1º, Lei n. 14.133/21). A título de exemplo, as empresas que não iriam participar do certame por não possuírem as licenças exigidas, poderão, agora, enviar suas propostas.

V CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pelo **ACOLHIMENTO** do pedido de esclarecimento apresentado e pela retificação do instrumento convocatório na forma indicada acima.

É o parecer.

Bocaiúva do Sul/PR, 25 de julho de 2024.

Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n. 221.547

OAB/BA n. 63.686

OAB/DF n. 75.483

JEFFERSON VILELA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
10.412/2019
CNPJ: 37.762.892/0001-78
OAB/RJ 221.547 / OAB/BA 63.686 / OAB/DF 75.483

www.jeffersonvilelaadvocacia.com.br
contato@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
intimacoes@jeffersonvilelaadvocacia.com.br
(24) 3027-1850 / (24) 9 8113-5474 / (71) 9 9610-8277

RIO DE JANEIRO: RUA 2, Nº. 9, SALAS 606 / 607, ED. VERTICAL
VILA - CONFORTO - VOLTA REDONDA - RIO DE JANEIRO

BAHIA: AV. TANCREDO NEVES, Nº. 620, SALA 607 ED. MUNDO
PLAZA EMPRESARIAL. CAMINHO DAS ÁRVORES - SALVADOR/BA